

## RAZÃO E EDUCAÇÃO NO OCASO DO MILÊNIO

Carlos Alberto Pereira Silva\*

---

**Resumo:** Esse artigo discute as implicações da presença dos fundamentos racionalistas no trabalho pedagógico, no momento em que a sociedade brasileira experimenta um grandioso avanço técnico-científico contrastando com uma situação de mal-estar generalizado.

**Palavras-chave:** Progresso, mal-estar, racionalidade técnica, educação, sensibilidade.

---

Neste final de milênio, a civilização ocidental, na qual o Brasil se insere, está vivenciando um estágio recortado pela existência de um aparente paradoxo traduzido num desenvolvimento técnico-científico, jamais visto, combinado com um estado de mal-estar coletivo. É dentro desse contexto que deve ser avaliada a educação que se reproduz em nosso país, com a perspectiva de criação de novas práticas pedagógicas no ensino fundamental e no ensino médio, a partir da elaboração de uma nova visão sobre o ser humano, o mundo e a escola.

### A técnica, a ciência e o mal-estar no fim do século

O desenvolvimento técnico-científico nas sociedades atuais alcança níveis magníficos. Convivemos, hoje, com um processo que projeta velocidade e eficácia nas informações através da utilização do fax, do computador, do telefone celular, da TV a cabo, dentre outros aparelhos, que confirmam a magnitude da evolução tecnológica. No âmbito da produção industrial, é crescente a introdução de maquinários sofisticados e a participação de robôs na produção, contribuindo para o

---

\* Professor do Departamento de História - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

considerável aumento da produtividade, na confecção dos bens materiais. No campo da ciência médica, os progressos são enormes, graças à existência de exames por imagens capazes de diagnosticar males orgânicos com bastante precisão, entre os quais se destacam a ultra-sonografia, a tomografia computadorizada e a ressonância magnética. No entanto, paralelamente à ilimitada evolução técnica e científica evidencia-se uma situação, aparentemente, contraditória manifesta no estado de mal-estar coletivo, com os seus variados desconfortos que incomodam os seres humanos, independentemente de raça, gênero, convicção religiosa e classe social.

Esses múltiplos desconfortos configuram-se nos diversos níveis e através de variadas formas: aumento da exclusão social, derivada da cruel desigualdade, que impõe a milhões de seres humanos a condição de “lixo econômico” com a conseqüente negação de direitos básicos, como o direito à alimentação; banalização da violência refletida nos assassinatos, sequestros, estupros gerados pelo assombroso crescimento da criminalidade, vivenciada por distintos segmentos sociais; progressiva desesperança que paira sobre jovens e adolescentes que buscam no consumo de drogas uma válvula de escape para as suas angústias; exploração do trabalho infantil impedidora da realização dos sonhos próprios das crianças; destruição ambiental patrocinada em nome do desenvolvimento econômico que sempre se rende à perseguição do lucro imediato; e, expansão do individualismo transformador de homens e mulheres em vorazes competidores.

## **A irreligiosidade e o capitalismo: Explicações convencionais**

As explicações para tal quadro, aparentemente paradoxal, têm sido inúmeras. Vale aqui tecer comentários sobre duas delas que, na aparência, explicam satisfatoriamente esse dilema de final de século.

Não são poucos os agentes sociais que imputam o mal-estar coletivo ao afastamento por parte dos seres humanos dos

desígnios religiosos. Para estes, a inexistência de vínculos efetivos de expressivos contingentes populacionais, com as doutrinas religiosas, especialmente as cristãs, estaria na raiz da crise global reinante.

Essa explicação balizada em pressupostos religiosos não se torna convincente porque além das rivalidades existentes entre incontáveis religiões, que semeiam intolerâncias sob o pretexto de estarem propagando eternas verdades, ainda se assiste ao comércio em larga escala da “Palavra de Deus”, transformada em mais um objeto de consumo.

Uma outra explicação que parece ter consistência se refere à lógica imposta pelo sistema capitalista que, tendo como fundamento principal o lucro, traz consigo a ampliação das desigualdades e por consequência o agravamento dos problemas que afetam a vida na terra. Corretamente, deve ser creditado muitos dos males vivenciados, hoje, ao desenvolvimento de tipo capitalista, assentado fundamentalmente na exploração do trabalho pelo capital, como já enfatizavam Marx e Engels no emblemático Manifesto do Partido Comunista, escrito há um século e meio. No entanto, até mesmo boa parte dos árdios questionadores do capitalismo contribuem na atualidade para a perpetuação do mal-estar coletivo, quando assumem como referencial, quase absoluto, o instrumental analítico engendrado na modernidade.

### **Um melhor caminho explicativo: apego à razão iluminista**

O aparente paradoxo deve ser compreendido, prioritariamente, a partir da análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam a prática social da maioria dos indivíduos, grupos e classes sociais no mundo ocidental. É preciso, pois, buscar o entendimento na história dos valores projetados pelos povos europeus a partir da crise das idéias teocêntricas reinantes na época medieval.

No medievo, entre os séculos V ao XV, a visão de mundo predominante era a visão místico-teológica. As explicações para os fenômenos físicos, naturais e sociais derivavam, quase

sempre, da crença na superioridade divina e na passividade do homem, como nos esclarece Miceli:

*Durante a época feudal, pode se dizer que a descrença era impossível: Deus era testemunha de qualquer compromisso, todas as atividades deviam ser abençoadas, as distrações precisavam de uma desculpa piedosa, o tempo era medido pelas horas da religião, as doenças e insetos que devoravam corpos e plantações deviam ser esconjurados e – quando não se invocava diretamente a divindade – as verdades só eram aceitas após o juramento sobre os Evangelho. (MICELI, 1988, p. 21)*

Os séculos XIV e XV foram séculos de crise na Europa Ocidental impulsionada por diversos fatores, entre os quais se destacam a retração agrícola, a escassez de metais nobres, a desagregação do regime servil e o crescente descrédito nas instituições político-religiosas existentes. Esse processo sucedido por transformações diversas expressas no absolutismo, expansão marítima, renascimento cultural, reformas religiosas descortinou um novo período histórico porque:

*Diante da crise agrária fazia-se necessária a conquista de novas áreas produtoras. Diante da crise demográfica fazia-se necessário o domínio sobre populações não-européias. Diante da crise monetária fazia-se necessária a descoberta de novas fontes de minérios. Diante da crise social fazia-se necessário um monarca forte, controlador das tensões e das lutas sociais. Diante da crise político-militar fazia-se necessária uma força centralizadora e defensora de toda a nação. Diante da crise clerical fazia-se necessária uma nova igreja. Diante da crise espiritual fazia-se necessária uma nova visão de Deus e do homem. Começavam os novos tempos. (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 93)*

Os “Tempos Modernos” que devem ser vistos como período de transição do feudalismo para o capitalismo trouxeram consigo importantes transformações que resultaram no surgimento de nações, na exploração dos continentes asiático, africano e americano por parte de países europeus, na quebra da unidade da Igreja Católica e numa maior valorização das ações humanas projetada pelo humanismo renascentista. Nesse processo, a visão católico-feudal foi cedendo espaço para idéias que preconizavam o individualismo e o racionalismo. Esse rico período da história marcado por progressos no campo da técnica e da ciência, nas sociedades do Ocidente Europeu, conviveu com a expropriação de camponeses na própria Europa, a humilhação imposta aos negros africanos, o massacre de índios nas colônias e a crueldade da perseguição religiosa impulsionada pela Inquisição, que não se configurava como algo excepcional em meio a tantas outras formas de violência (VAINFAS, 1989, p. 299). Portanto, um melhor entendimento acerca do aparente paradoxo, presente nas sociedades atuais, deve ser buscado na compreensão dos valores germinados no período de transição que foram consolidados no século XVIII com o triunfo das idéias iluministas, em solo europeu, amplamente difundidas em sociedades, como a sociedade brasileira, influenciadas sócio-culturalmente pelo velho continente nos séculos XIX e XX.

O movimento iluminista, que embasou revoluções grandiosas, como a Revolução Francesa, foi precedido pelo Renascimento que, no final da época medieval e nos primórdios da modernidade, já questionava muitos valores impostos pela Igreja Católica detentora do monopólio cultural na vigência do feudalismo. E, ainda, pela “Revolução Científica” do século XVII que nos deixou o legado de Bacon, Descartes, Newton e Locke. Francis Bacon inaugurou o método experimental. René Descartes em seu trabalho “Discursos do Método” lançou as bases fundamentais para a construção de uma filosofia racionalista. Enquanto, Newton buscou explicar os movimentos dos corpos dando um golpe na concepção escolástica. E, Locke, considerado precursor do liberalismo político, apresentava a

necessidade da limitação dos poderes dos governantes (FORTES, 1981, p. 23-25).

As idéias iluministas amplamente divulgadas na Europa Ocidental no século XVIII, considerado o “Século das Luzes”, apontaram para a perspectiva de explicação dos fenômenos físicos, naturais e sociais fundamentando-se numa concepção, essencialmente, terrena. Para os pensadores iluministas o conhecimento assentado na tradição e na autoridade dogmática do clero deveria ser destruído por meio da afirmação da racionalidade. Derivando daí a crença na racionalização do universo que poderia ser apreendida a partir do momento em que os homens rompessem com a tradição (FALCON, 1991, p.32-43).

Entre tantas idéias caras àquele movimento são realçadas: a importância absoluta concedida a racionalidade, a crença no modelo físico matemático construtor de uma suposta objetividade científica e o entusiasmo com a possibilidade de existência de um progresso contínuo e ilimitado. Essa concepção filosófica, da qual a nossa sociedade é herdeira, além de apontar a sujeição da natureza pelo homem em nome da expansão da ciência, apostou no conhecimento matematizado do mundo transformando o número num cânone julgado capaz de contribuir na construção de sociedades livres do peso da ignorância, através da rigorosa implementação da objetividade quantificadora (HORKHEIMER & ADORNO, 1975, p.100-101).

A avaliação do ideário contido na filosofia iluminista, exigida pela complexa realidade descortinada nesse final de milênio impõe, como primeira referência, uma fundamentada contraposição ao apego absoluto à razão, que prometeu progresso e felicidade desconsiderando a importância da sensualidade, da sensibilidade, do desejo e da paixão, encarados, erroneamente, como inimigos do pensamento (MATOS, 1990, p 284). Historicamente, a experimentação da racionalidade nas suas variantes liberal, nazi-fascista e estalinista propôs harmonia e bem-estar através do desenvolvimento da ciência, da técnica e do domínio da natureza. No entanto, a herança presente nesse fim de século está estampada na

expressão de um dos críticos das promessas propagadas, e não realizadas, pela filosofia das luzes, que já em 1933 afirmava:

*Nunca a pobreza dos homens se viu num contraste mais gritante com sua possível riqueza como nos dias de hoje, nunca todas forças estiveram mais cruelmente algemadas como nessas gerações onde as crianças passam fome e as mãos do país fabricam bombas.* (HORKHEIMER, 1990, p.77)

O aparente paradoxo que se traduz nesse final de século no avanço técnico científico contrastado com o mal-estar coletivo deve, pois, ser explicado a partir do entendimento do significado da projeção da razão iluminista no viver dos povos ocidentais. Até mesmo árdios críticos do capitalismo, ao fundamentarem sua prática social na crença inabalável na razão, tem contribuído para a perpetuação do mal-estar, quando reproduzem de forma acrítica o pensamento daquele, que, respirando os ares do mundo moderno, foi um genial crítico da sociedade burguesa no século XIX.

*Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso e racionalidade que dela podia gerar. Pensou mesmo que o governo e a evolução da sociedade podiam estar sujeitos a leis tão rigorosas quanto as que supostamente regem a natureza (...) Acreditou sem reservas no desenvolvimento neutro e infinito das forças produtivas, no progresso como processo de racionalização científica e técnica, na exploração sem limites da natureza para atender às necessidades de uma sociedade de abundância para todos.* (SANTOS, 1995, p. 35 e 43)

Confirmando a necessidade de um balanço crítico dos fundamentos da modernidade nesse final de século, tão complexo e aberto a diversas possibilidades, a filósofa Olgária Matos, umas das referências maiores no estudo das idéias dos

pensadores da Escola de Frankfurt, em um artigo sobre o pensamento de Walter Benjamin, apresenta de forma brilhante um entendimento que deve ser compartilhado:

*Se a razão cartesiana efetivamente teve êxito no conhecimento e controle da natureza, buscando a exatidão numérica e a precisão técnica, ou, dizendo de outro modo, se navegar é preciso, se a navegação é a arte da precisão, viver não é preciso, é indeterminado. Se há coerência nas leis da natureza, a razão que a constrói não abrange a incoerência da vida.* (MATOS,1990, p. 301)

### **A sujeição educacional ao vigor da racionalidade técnica**

O debate acerca das perspectivas educacionais no Brasil deve ser precedido da compreensão dos fundamentos filosóficos que alicerçam a prática pedagógica nos espaços escolares. Entre os paradigmas que influenciam sobremaneira as ações educacionais no Brasil, sobressai o paradigma racionalista advindo da “filosofia das luzes”.

A educação brasileira, sedimentada na busca do conhecimento científico e na inquestionável crença na positividade do desenvolvimento técnico, tem projetado como preocupação central a formação de profissionais competentes capazes de se inserirem com sucesso na desenfreada concorrência, no competitivo mercado de trabalho. Tanto é assim que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, já no seu artigo primeiro, parágrafo segundo, afirma textualmente que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Ainda, que não venha obtendo o êxito desejado, em função dos graves problemas sociais que interferem no processo pedagógico, a essência projetada e assimilada de forma relativamente passiva por amplos contingentes da população é a busca da “qualificação para o trabalho”. Compreensão esta que se apresenta com muita força na sociedade civil, chegando a ser propagandeada como algo

natural por professores como Stephen Kanitz, que em artigo publicado na Revista Veja em defesa da “meritocracia” afirmou que:

*A regra básica daqui para frente é a competência. Competência profissional, experiência prática e não teórica, habilidades de todos os tipos. (Porque) o Brasil não será mais dividido entre ricos e pobres, mas sim entre competentes e incompetentes. Os incompetentes que se cuidem. (KANITZ, 1998, p. 90)*

Essa educação para a competência largamente difundida, de Norte ao Sul do Brasil, tem sido implementada em unidades de ensino preenchidas por uma hierarquização e um formalismo muito rígidos, com ambientes internos marcadamente anti-ecológicos. A hierarquização tem se expressado nas diferenciações existentes entre direção, supervisão, coordenação, professores, funcionários e alunos, propagadas em nome da suposta busca da racionalização do trabalho e da qualidade do ensino. Vinculado a essa hierarquização, que é um elemento semeador de desigualdades, também se encerra o formalismo que quase sempre é uma negação da realidade cotidiana vivenciada pelos agentes ativos do fazer pedagógico. Em incontáveis estabelecimentos escolares, espalhados pelo país, é corrente a preocupação com os “planejamentos” anuais, mensais e até mesmo diários que, na maioria das vezes, não passam de abstrações teóricas impermeáveis às experiências concretas vividas pelos diversos indivíduos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Não raras vezes, são explícitas as preocupações no controle dos alunos, e também dos professores, através da fiscalização permanente dos Diários de Classe. Com frequência o formalismo, perseguidor da suposta objetividade, manifesta-se na mais rigorosa cronometração do tempo das atividades programadas, como se o saber pudesse ser realmente quantificado. Em muitas dessas escolas, que primam pela competência intelectual, ainda, é exigido dos seus professores, especialmente nas aulas de Ciências humanas e

Ciências biológicas, um discurso ecologicamente correto, enquanto suas atividades se desenrolam em salas pouco arejadas e superlotadas, com áreas de recreação bastante limitadas e sem espaços para o afetivo encontro do ser humano consigo mesmo e com a natureza.

Dessa forma, o processo ensino-aprendizagem vivenciado nas escolas tem sido relativamente eficaz preservando a coerência com a perspectiva reducionista imposta pela racionalidade técnica. Nas salas de aulas, há prioridade para a forma de comunicação através da linguagem verbal, com a negação de outras formas que poderiam propiciar maior interação entre educadores e educandos. Linguagem essa, difundida nas incontáveis e cansativas aulas expositivas que reservam aos alunos o papel de expectadores passivos e receptores de um conhecimento pré-determinado. Também, nesses espaços escolares tem se desenvolvido uma tendência à homogeneização, sufocadora das singularidades de experiências e de expectativas de cada educando, na medida que ocorre a transformação da classe em um corpo homogêneo no qual as pessoas são identificáveis por um número qualquer. Gerador de inquietude, especialmente nas crianças logo caracterizadas como indisciplinadas, esse ensino para a competência tem inibido a expansão da espontaneidade através da repressão ao movimento, porque :

*O que a criança mais ouve na vida, na escola, em casa, da mãe, e dos outros(...) “Pare”!; “Não”!; “Não se mexa”!; “Fique quieto”!;(…) E a criança vai parando; até ficar o normopata padrão, que é mais ou menos uma múmia ambulante. (GAIARSA, 1995, p. 109)*

Assim, a herança cartesiana se reproduz, assentada na suposta crença na existência de uma objetividade científica que se expressa em equações matemáticas, explicitando-se na intensa utilização do método de avaliação quantitativa possuidor de um caráter discriminatório e autoritário. Além de serem essencialmente punitivas, essas avaliações quantitativas,

freqüentemente utilizadas, visam a “separação do joio do trigo” definindo o “bom” aluno com um número 10 e o “mau”aluno com um outro número que pode ser 0 . Difícil é saber o que significa ser dez ou ser zero na pulsante e complexa realidade tão multifacetada.

### **O “educar” para competição: eterna receita das elites**

A situação de mal-estar coletivo, que se perpetua sob a convivência das práticas pedagógicas que se rendem às formulações propostas pela racionalidade técnica, encontra na política sócio-educacional projetada nacionalmente o seu grande avalista.

O modelo de desenvolvimento proposto pelas elites econômicas e políticas do país, ao ter como referência o endeusamento do mercado e a ênfase na competição, além de contribuir sobremaneira para o agravamento dos problemas sócio-econômicos, indica a projeção de ações governamentais no âmbito da educação marcadas pelo reducionismo tecnicista e fundamentadas na concepção de que o saber deve ser mais um objeto de compra e venda nessa realidade mercantilizada.

Essa concepção está estampada nas proposições, largamente, difundidas pelas camadas dirigentes, dos organismos educacionais, que sugerem como caminho para saída da crise estrutural vigente no país a busca do conhecimento intelectual, pelos mais distintos e desiguais segmentos sociais. Como se fosse possível, num país reconhecidamente campeão em desigualdade social, a educação, num sentido restrito, operar como verdadeira panacéia para os diversificados males que afligem a população brasileira.

Tal compreensão, aliada ao autoritarismo derivado de concepções científicistas que consagram a hierarquização, está refletida na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação surgida após o aborto, provocado pelos conservadores tecnocratas, de um rica discussão que envolveu segmentos representativos que lidam cotidianamente com a educação no

país. Essa postura autoritária das camadas dirigentes, ainda, está expressa na imposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, confeccionado por especialistas, que visa à homogeneização e à uniformização pedagógica com a consequente negação das diferenças existentes no complexo ato de educar, no vasto e rico território nacional. Enfim, essa consciente ação política pouco integradora aparece como “séria preocupação social” embalada por um forte apelo propagandístico projetado nos meios de comunicação, sobretudo na televisão, que exerce forte influência sobre a sociedade brasileira.

### **O sentir, o pensar, criando novos valores...**

O enfrentamento da situação esboçada nesse final de século está exigindo o descortinamento de valores e idéias que possibilitem a construção de uma vida mais harmoniosa na terra. O “penso logo existo” proposto por Descartes precisa ser revisto para que possam brotar outras dimensões reveladoras da inteireza do ser humano.

O resgate do sentimento torna-se necessário visto que as emoções são importantes para uma nova racionalidade, num mundo em que os progressos do pensamento revelam-se cada vez mais incapazes de garantir a superação das angústias individuais e coletivas vividas no cotidiano. A pura inteligência racional estilhaça o ser e o condena à incompletude, como bem destaca o psicólogo Daniel Goleman ao buscar discutir o que é ser inteligente:

*A inteligência acadêmica pouco tem a ver com a vida emocional . As pessoas mais brilhantes podem se afogar nos recifes de paixões e dos impulsos desenfreados; pessoas com alto nível de QI podem ser pilotos incompetentes de sua vida particular.*  
(GOLEMAN,1995, p.46 )

Resgatar a importância do sentimento significa buscar a projeção de novos valores que fundamentem a existência

humana. A devida importância à dimensão emocional deve estar vinculada ao estímulo do florescimento de dimensões não prioritárias no paradigma racionalista da modernidade. O desejo, a imaginação e o prazer constituem-se dimensões indispensáveis na nova vivência individual e coletiva que precisa ser construída no novo milênio. A vital importância dessas dimensões explicita-se na recusa da separação, ainda, existente entre corpo e mente, espírito e matéria pois:

*o corpo possui sentimentos e só ele pode experimentar prazer alegria e êxtase. Só ele possui beleza e graça, pois, fora dele essas palavras não têm sentido.* (LOWEN, 1984, p. 108 )

Uma nova visão acerca da vida humana no belo planeta terra deve pressupor novas relações entre os seres humanos consigo próprios e com a natureza. Se o domínio do conhecimento sustentou a hierarquização e a corrida desenfreada pelo poder, que quase sempre tem negado a dimensão do prazer, uma nova visão ao alimentar-se pela profunda sensibilidade deve projetar o rompimento com a hierarquização, cultuada pelo capitalismo, propondo um novo tipo de poder que se baseie na participação plena de homens e mulheres alicerçada numa ética que prime pela partilha e pela cooperação. Relacionar-se com a natureza, também, deve significar não a busca do seu controle, que nada mais é que a sua dominação, mas a vivência baseada no entendimento de que “a natureza e o eu são um só” sendo a sua proteção a proteção de nós mesmos. (CAPRA, 1996, p. 28-29) .

A projeção de novos valores ao serem incorporados individual e coletivamente deverá refletir na postura dos educadores frente ao trabalho pedagógico, pois, são múltiplas as possibilidades de mudanças inseridas no contínuo ato de criação de atividades que priorizem o encontro, a espontaneidade e a construção da unidade corpo-mente através da utilização de novas formas de linguagem.

Enfim, os inúmeros caminhos a serem percorridos nesse

momento de crise paradigmática deve levar a um objetivo prioritário no âmbito educacional, com o conseqüente desdobramento na sociedade, que é a busca de criação de práticas pedagógicas que apontem para a emergência de uma nova educação cuja essência esteja voltada para o cultivo da liberdade, da alegria e da felicidade, tão imprescindíveis no novo mundo que urge ser construído...

---

**Abstract:** This article discusses the implications of the presence of the rationalistic foundations in the pedagogic work, when the brazilian society is going through a scientific and technical contrasts with a situation of widespread indisposition.

**Key-words:** Progress, Indispositionm, Technical rationality, Education, Sensibility

---

### Referências Bibliográficas

- CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida. São Paulo: Cultrix, 1996.
- FALCON, Francisco J. Calazans. Conceito de Iluminismo. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991. 1997.
- FORTES, Luis Roberto. O Iluminismo e os Reis Filósofos. São Paulo: Brasiliense, 1981
- FRANCO JR, Hilário. O Feudalismo. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. 60ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- GAIARSA, José Ângelo. Sobre uma Escola para o Novo Homem. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. Conceito de Iluminismo. In: Coleção Os Pensadores, XLVIII, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica I. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 1990.
- LEI nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- LOWEN, Alexander. Prazer: Uma abordagem criativa da Vida. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1984.
- KANITZ, Stephen. O fim da incompetência. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, 04/03/98.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. URSS: Edições Progresso, 1987.
- MATOS, Olgária Chain Féres. Desejo de Vidência . Desejo de Evidência:Walter Benjamim. In NOVAES, Adauto, (Org.). O Desejo. São Paulo: CIA das Letras, 1990.
- MICELI, Paulo. O Feudalismo. 8ª ed. Campinas: Editora Atual, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.